



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## **COMPLEXUS: uma proposta de monitoramento da dinâmica fundiária brasileira**

Danilo Souza Melo<sup>1</sup>

Acácio Zuniga Leite<sup>2</sup>

Rogério Alves dos Santos Antoniassi<sup>3</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A posse, propriedade e monopólio da terra no modo capitalista de produção são objetos de análises críticas ao longo da história das ciências sociais. Interpretados como entrave ao desenvolvimento e contradição do capitalismo (Marx, 2013) ou como parte do desenvolvimento desigual contraditório e combinado Luxemburg (1970) Martins (1981; 1986) e Oliveira (2001; 2007 e 2010) o monopólio fundiário e o latifúndio persistem no século XXI como o cerne da questão agrária.

A expansão das relações capitalistas no campo, consolidaram características singulares no Brasil, onde a propriedade da terra e sua renda estão subordinados a esta lógica, apontado por Almeida (2009) como aliança terra-capital. Nesse sentido, objetivando aferir renda, capitalistas e latifundiários buscam se apropriar de novas áreas pressionando e gerando conflitos em terras devolutas e territórios tradicionalmente ocupados por povos originários.

Logo, a questão agrária brasileira permanece como problemática social e pertinente temática em pesquisas acadêmicas. Entretanto, apesar de uma densa base teórica, as pesquisas carecem de dados secundários organizados que auxiliem na compreensão, especialmente sobre a estrutura fundiária e o latifúndio. Isso porque a principal pesquisa sobre o campo brasileiro, o Censo Agropecuário, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ocorre a cada 10 anos. Já os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS; danilo.melo@ifms.edu.br.

<sup>2</sup> Universidade de Brasília, Doutor em Desenvolvimento Sustentável no Centro de Desenvolvimento Sustentável - acacio.briozo@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Professor do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS; rogerio.antoniassi@ifms.edu.br.



estão organizados em forma de banco de dados para fins de pesquisas científicas. Diante disso, os trabalhos acadêmicos apresentam dificuldade em acompanhar a dinâmica fundiária brasileira, não alcançando a velocidade da reprodução capitalista no campo e suas violências.

Assim, este trabalho objetiva apresentar a plataforma Complexus<sup>4</sup>, desenvolvida com uso da linguagem de programação em código *python* e *framework Flask* em que analisa e sintetiza os dados fundiários do INCRA gerando informações mensais sobre a dinâmica fundiária brasileira como uma nova estratégia de análise para pesquisas sobre a questão agrária. Como exemplo, os dados foram aplicados em Mato Grosso do Sul analisando a transferência de titularidade de imóveis rurais entre os anos de 2019 a 2022, compreendendo o período do governo de Jair Bolsonaro do Partido Liberal (PL).

Estas informações podem subsidiar análises sobre o comportamento do mercado de terras, especialmente sobre a lógica capitalista de monopólio fundiário e (re)produção de latifúndios. Além disso, a partir da compilação de dados feita pelo Complexus é possível mapear a territorialização do capital no campo, identificando mensalmente, a aquisição de terras por empresas.

## METODOLOGIA

O caminho metodológico deste trabalho permeou a pesquisa bibliográfica sobre a questão agrária para subsidiar as escolhas técnicas na construção do código fonte utilizado na plataforma. Posteriormente, foram utilizados dados secundários do INCRA sobre Mato Grosso do Sul, especificamente do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) que possui informações sobre os imóveis rurais brasileiros, como seu código de registro, nome do proprietário, natureza jurídica e país de origem do proprietário. Estes dados foram analisados pelo Complexus gerando informações sistematizadas sobre mudança de titularidade de imóveis rurais. Com isso, foram organizadas tabelas, gráficos e mapas para evidenciar a dinâmica fundiária em Mato Grosso do Sul e a aplicabilidade do portal.

---

<sup>4</sup> Plataforma disponível em: <http://ifms.pro.br:2055/complexus>



Em sequência, foi apresentada e discutida a dinâmica fundiária de MS entre 2019 e 2022, indicando tendências sobre o mercado de terras, especialmente sobre a territorialização de empresas e reprodução de latifúndios.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### COMPLEXUS: uma proposta de análise da estrutura fundiária brasileira

A terra enquanto meio de produção dentro do modo de produção capitalista, assim, seu controle permite ao proprietário a cobrança da sociedade de um tributo por sua utilização, a renda da terra (Martins, 1981; Oliveira, 2001). No Brasil, a renda da terra se uniu em uma única pessoa, duas classes sociais: o proprietário de terras e o capitalista (Oliveira, 2001). Assim, a propriedade capitalista da terra no Brasil é um dos pilares econômicos que permeia toda a sociedade e com grande representação dentro das estruturas de Estado, como apontou Martins (1994); Costa (2012) e Melo, Leonardo, Nardoque (2022).

A estrutura de poder no Brasil, foi intrinsecamente estabelecida e mantida pelo controle fundiário, consolidado por meio de políticas, legislações e normativas que regulamentaram o acesso à terra no país, privilegiando e constituindo uma sociedade latifundiária. Destaca-se como marco, a Lei de Terras de 1850, que excluiu e impediu do acesso a terra grande parte da população brasileira, principalmente indígena e negra. Em contrapartida, um pequeno grupo de proprietários latifundiários, se apropriou de grandes extensões de terras burlando legislações e falsificando documentos - processo amplamente reconhecido como grilagem - transformando a terra em reserva de valor (Oliveira, 2007). Desta maneira, ao longo da história, a grilagem e burla legal se tornaram mecanismos permanentes de produção e reprodução do capital, formando propriedades reconhecidas aqui como latifúndios.

O interesse capitalista em se apropriar e concentrar terras ameaça a preservação ambiental e a existência de povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, a partir do pressuposto teórico de desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo (Oliveira, 2007), ao passo que o latifúndio é reproduzido, contradições e conflitos territoriais são gerados. Os dados do Centro de



Documentação Dom Tomás Balduino, confirmam a violência da reprodução do latifúndio, apontando o registro de 2.185 conflitos fundiários e 13 assassinatos no ano de 2024.

Portanto, compreender a dinâmica da propriedade da terra pode subsidiar análises sobre a territorialização do capital no campo, o avanço sobre áreas, conflitos fundiários e intrínsecas relações de poder. Todavia, as limitações estatísticas reduzem as análises a casos específicos, impedindo uma compreensão ampla em torno do mercado fundiário.

Como exemplo, o Censo Agropecuário realizado a cada dez anos pelo IBGE está em descompasso com a velocidade do desenvolvimento capitalista do campo, não sendo capaz de captar a dinâmica rural brasileira, apresentando apenas estatísticas consolidadas. Cabe destacar que este problema é uma consequência do descaso governamental que gera um impacto direto nas estatísticas. Nesse sentido, Mitidiero Junior, Barbosa, Sá (2017) apontaram o sucateamento do IBGE e desmonte do órgão pós Golpe 2016 com o objetivo de “[...] obscurecer o maior universo social do campo brasileiro, os camponeses”. Em segundo plano, produzir informações de interesse do agronegócio [...]” (p.72).

Em paralelo ao IBGE, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) produz dados vitais para a interpretação da dinâmica fundiária brasileira. No entanto, o órgão também enfrenta um processo de desmonte intencional do serviço público, o que enfraquece drasticamente sua capacidade de registrar, analisar e monitorar a estrutura fundiária brasileira. No INCRA, a principal fonte de dados secundários é o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) que mensalmente publica atualizações sobre a estrutura fundiária.

A tentativa de cadastro e monitoramento da propriedade de terras, é anterior ao INCRA, iniciado com o Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964) e posteriormente ampliado com a Lei 5.868/1972 que originou o SNCR. A atual responsabilidade do INCRA faz com que o órgão seja disputado politicamente e economicamente por grupos que representam capitalistas e latifundiários. Estes interesses, indicam a potencialidade dos dados fundiários em revelar a violenta concentração fundiária e os contínuos processos de grilagem.

Assim, entende-se que os dados disponibilizados pelo INCRA podem ser melhor aproveitados a partir de uma nova sistematização. Para tanto, o extrato mensal atualizado pelo SNCR indica as mudanças de propriedade ou cadastro de novas áreas possibilitando a comparação entre os arquivos.



Estes extratos são publicados em formato de planilhas, indicando o código do imóvel, nome da propriedade, nome do proprietário, cidade, estado entre outras informações.

O Complexus foi desenvolvido com o objetivo de comparar as planilhas mensais geradas pelo SNCR com base no código do imóvel, número que não sofre alteração independentemente da quantidade de transferências de titularidade. Desta forma, a plataforma, verifica se houve mudança de titular do imóvel (devido a venda, doação ou herança); alteração na área total (por mudanças e correções no cadastro do SNCR, especialmente em função do georreferenciamento do imóvel, ou pelo desmembramento do imóvel); se algum imóvel foi excluído (remembramento e conseqüente supressão de um dos códigos na tabela, inibição do imóvel no SNCR ou perda da destinação rural); e se um novo imóvel foi cadastrado (isso pode ser decorrente do desmembramento de um imóvel já cadastrado, do cadastramento de um imóvel rural que não possuía cadastro prévio ou, por equívoco, do cadastro com um novo código de um imóvel que já estava cadastrado no SNCR).

A partir da comparação entre as planilhas mensais, o Complexus gera um relatório informando todas as mudanças ocorridas com imóveis localizados no município ou estado analisado. Este relatório indica todos os imóveis que sofreram alteração, possibilitando a identificação de processos de territorialização de grupos empresariais ou formação de latifúndios. O relatório ainda indica novos imóveis, que podem ser resultado da transferência de terras públicas para o privado, estes podem ser resultado do avanço de capitalistas/latifundiários sobre reservas naturais, territórios de povos originários ou terras devolutas.

Os relatórios gerados ficam disponíveis para consulta e *download* na plataforma online (figura 1). Desta maneira, pesquisadores interessados na temática podem realizar consultas e acompanhar a dinâmica fundiária com maior velocidade.

**Figura 1** - Complexus: relatório da dinâmica fundiária



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Complexus Imóveis

Tipo de Relatório: Imóveis

Entrar

Seleção o Status: Seleção o Ano: 2024 Seleção o Mês: Fevereiro Seleção o Estado: MS Digite a Cidade: Digite o Titular: Pesquisar: Download

Mostrar 10 registros por página

Código do Imóvel	Denominação do Imóvel	Município	UF	Área Total (ha)	Titular	Natureza Jurídica	Percentual de Detenção	País	Status	Mês	Ano
9501060162761	T.I. KADIWÉU	PORTO MURTINHO	MS	538.536,0	MINISTERIO	ÓRGÃO PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	100	BRASIL	NOVO	fevereiro	2024
9501060000000	T.I. KADIWÉU	PORTO MURTINHO	MS	538.536,0	MINISTERIO	ÓRGÃO PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	100	BRASIL	EXCLUIDO	fevereiro	2024
6130100050539	Fazenda Coimbra	ITAPORÃ	MS	261.700,0	IRMAOS	SOCIEDADE EMPRESÁRIA	100	BRASIL	NOVO	fevereiro	2024
6130100000000	Fazenda Coimbra	ITAPORÃ	MS	261.700,0	IRMAOS	SOCIEDADE EMPRESÁRIA	100	BRASIL	EXCLUIDO	fevereiro	2024
9501310000000	Fazenda Cristo Redentor	MIRANDA	MS	132.661,0	BRPEC	SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA	100	BRASIL	EXCLUIDO	fevereiro	2024
9501305885128	Fazenda Cristo Redentor	MIRANDA	MS	132.661,0	BRPEC	SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA	100	BRASIL	NOVO	fevereiro	2024
9070580000000	Fazenda Bodoquena	MIRANDA	MS	118.566,0	COMPANHIA	SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA	100	BRASIL	EXCLUIDO	fevereiro	2024
9070577924032	Fazenda Bodoquena	MIRANDA	MS	118.566,0	COMPANHIA	SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA	100	BRASIL	NOVO	fevereiro	2024

Fonte: Complexus, 2025

Organizado pelos autores.

A sistematização destes dados, podem permitir avanços na compreensão da Questão Agrária brasileira, fundamentando discussões a respeito da territorialização do capital no campo e processos de grilagem. Nessa perspectiva, o nome do titular do imóvel mesmo limitado ao primeiro nome, permite que empresas sejam identificadas e assim suas dinâmicas em trocas de ativos ou de territorialização possam ser interpretadas.

Além disso, com o uso do código do imóvel e da localização dos mesmos (cidade e estado) será possível o desenvolvimento de uma cartografia preocupada com a leitura crítica da realidade apontada por Girardi (2008) representação geográfica crítica.

## A DINÂMICA FUNDIÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL DURANTE O GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)

Aplicando esta estratégia e gerando os relatórios sobre o estado de Mato Grosso do Sul para o anos de 2019 e 2022, é possível analisar o comportamento do mercado fundiário no estado, dentro do contexto de aversão aos povos tradicionais e movimentos socioterritoriais e apoio ao



agronegócio propagado pelo governo Bolsonaro (2019-2022). Neste período, o Estado brasileiro foi hegemonicamente controlado por defensores da reprodução do latifúndio, que auxiliaram a expansão destes sobre os biomas do país e territórios de povos tradicionais. Neste sentido, a pauta conservadora alinhou-se ideologicamente ao conjunto de deputados e senadores eleitos ligados ao latifúndio. Este grupo de políticos é reconhecido como Bancada Ruralista, mas que oficialmente se filiaram à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e que já foram objeto de análises como Castilho (2012), Costa (2012) e Melo, Leonardo e Nardoque (2022).

Neste período, constata-se a intensificação de compra e venda de imóveis rurais. Os dados do relatório Complexus indicam que quase 2 milhões de hectares (1.840,99 ha) foram transferidos de titularidade, com destaque para o ano de 2020 com 563.774,20 hectares como apresentado no gráfico 1. Esta intensificação ocorre no contexto da queda da taxa básica de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), quando, segundo os dados do Banco Central do Brasil em 2019, sai de 6,4% para 1,9% no segundo semestre de 2020.

Esta redução atraiu investimentos do mercado financeiro em imóveis rurais, objetivando se apropriar da renda da terra, como bem definiu Oliveira (2007) “Quando a ela baixa (taxa de juros) [...], o preço da terra sobe, quando sobe, o preço da terra baixa.” (p.64). Posteriormente, em 2020, no contexto da pandemia (SARS-COV 19) o aumento da taxa de juros (13,65% ao ano) faz com que haja a redução da compra e venda de imóveis fazendo com que em 2022 seja o período de menor registro de mudanças de titularidade.

**Gráfico 1** - Mato Grosso do Sul: Mudança de titularidade x Taxa Selic (2019-2022)

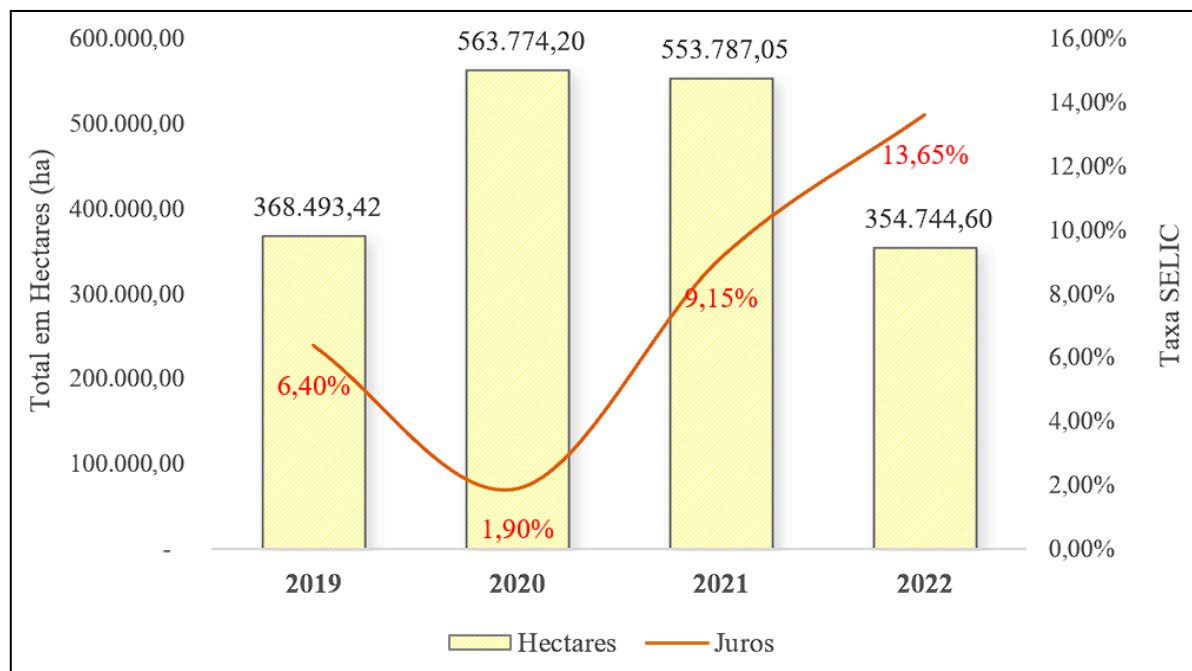


# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Fonte: INCRA, 2025; Banco Central, 2025.

Organizado pelos autores.

Somado a variação da taxa Selic e o interesse rentista de empresários e latifundiários em concentrar imóveis rurais para revendê-los em momentos econômicos oportunos, o mapa 1 demonstra o processo de territorialização do capital em Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, a representação cartográfica da mudança de titularidade em MS apresenta visualmente a concentração desta dinâmica em duas regiões distintas, na região Oeste onde está localizado bioma Pantanal e na região Leste, com a territorialização de empresas ligadas ao setor de celulose e papel. Nestes, destacam-se os municípios do pantanal Corumbá, Miranda, Aquidauana e os municípios do Leste do estado: Três Lagoas, Água Clara, Brasilândia e Ribas do Rio Pardo.

**Mapa 1** - Mato Grosso do Sul: Mudança de titularidade (2019-2022)

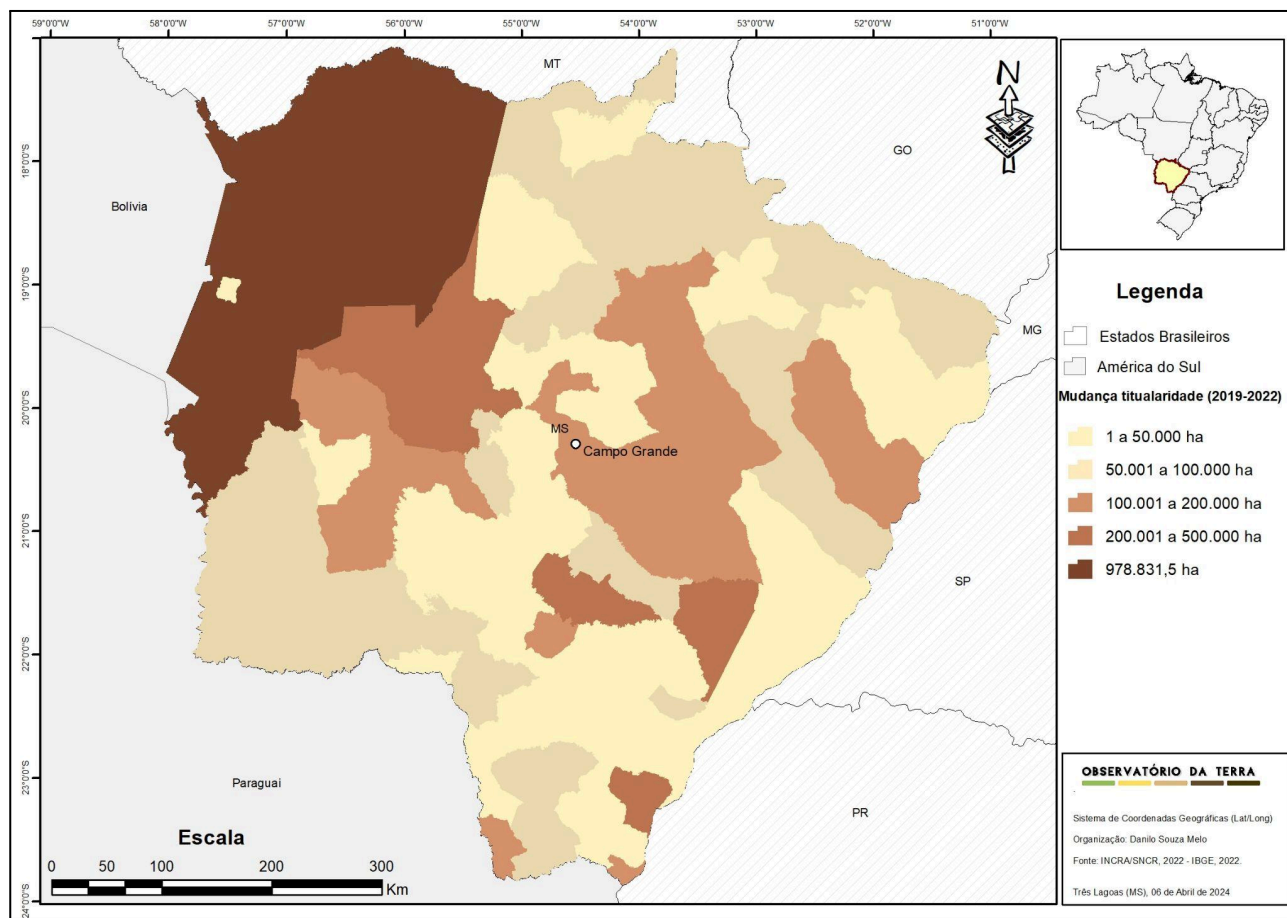


# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Fonte: INCRA, 2025.

Organizado pelos autores.

No município de Corumbá, que abrange parte do bioma pantanal, concentraram-se grande parte das mudanças de titularidade do total acumulado, foram 978.831,5 ha o que corresponde a 15,12% da área total do município. Cabe destacar ainda, que no período analisado, o pantanal brasileiro, vivenciou o crescimento do rebanho bovino, e ao mesmo tempo, foi afetado por inúmeras queimadas criminosas (Melo, Mendonça, Nardoque, 2025).

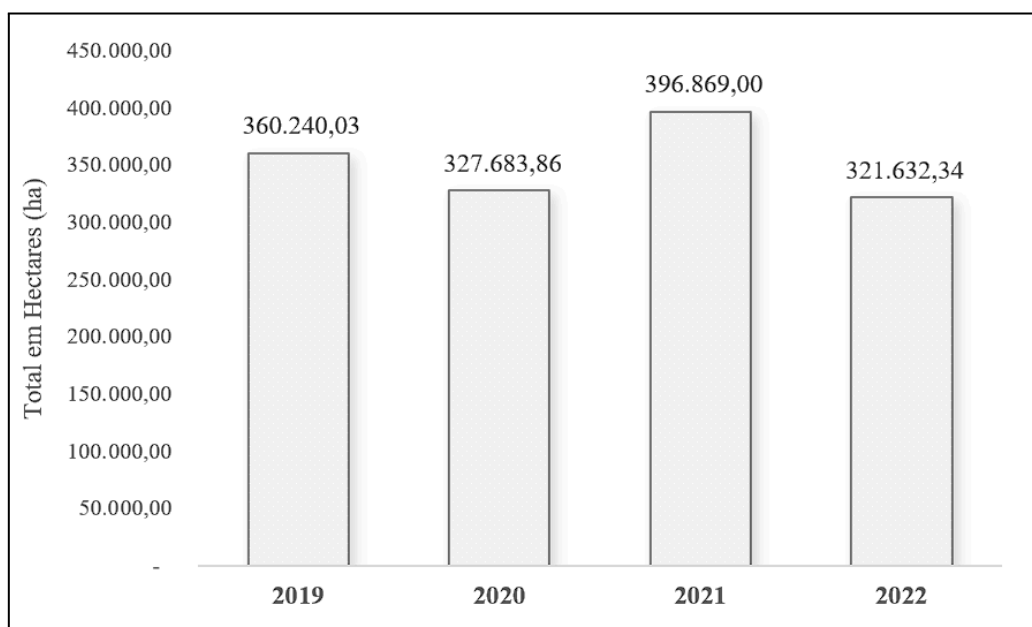
Na região Leste do estado, em Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Cassilândia, Inocência, Paranaíba e Três Lagoas houve a transferência total de 781.221,5 hectares resultante da dinâmica fundiária imposta pela territorialização de multinacionais da produção de celulose e papel. O relatório destaca ainda, a compra feita pela Votorantim e Suzano que totalizam 82.663,61 hectares distribuídos em 25 imóveis nestes municípios. Soma-se a estes a Brasilwood, empresa especializada



em monocultivo de eucalipto que adquiriu 9.112,24 hectares e a já territorializada Eldorado Brasil que adquiriu diretamente 5.657,86 hectares.

Outra dinâmica apreendida pela plataforma, são os registros de novos imóveis. Nesta, em sua grande maioria, são áreas que saíram do domínio público para o privado, ou que foram desmembradas e obtiveram um novo registro. Nesse sentido, em MS, entre os anos de 2019 e 2022 foram registrados 1.406.425,22 hectares em novos imóveis. O gráfico 2 representa a distribuição desta dinâmica por ano, destacando-se o ano de 2021 onde houveram mais de 390 mil hectares registrados como novos imóveis.

**Gráfico 2** - Mato Grosso do Sul: novos imóveis (2019-2022)



Fonte: INCRA, 2025.

Organizado pelos autores.

O registro de novos imóveis pode ser o ponto de partida para diferentes análises. Entendemos aqui, que o registro de novas áreas representa o avanço capitalista sobre áreas públicas, sobretudo as naturais. No mapa 2, é possível verificar essa dinâmica, onde na porção do pantanal há a maior concentração de registro de novas propriedades.

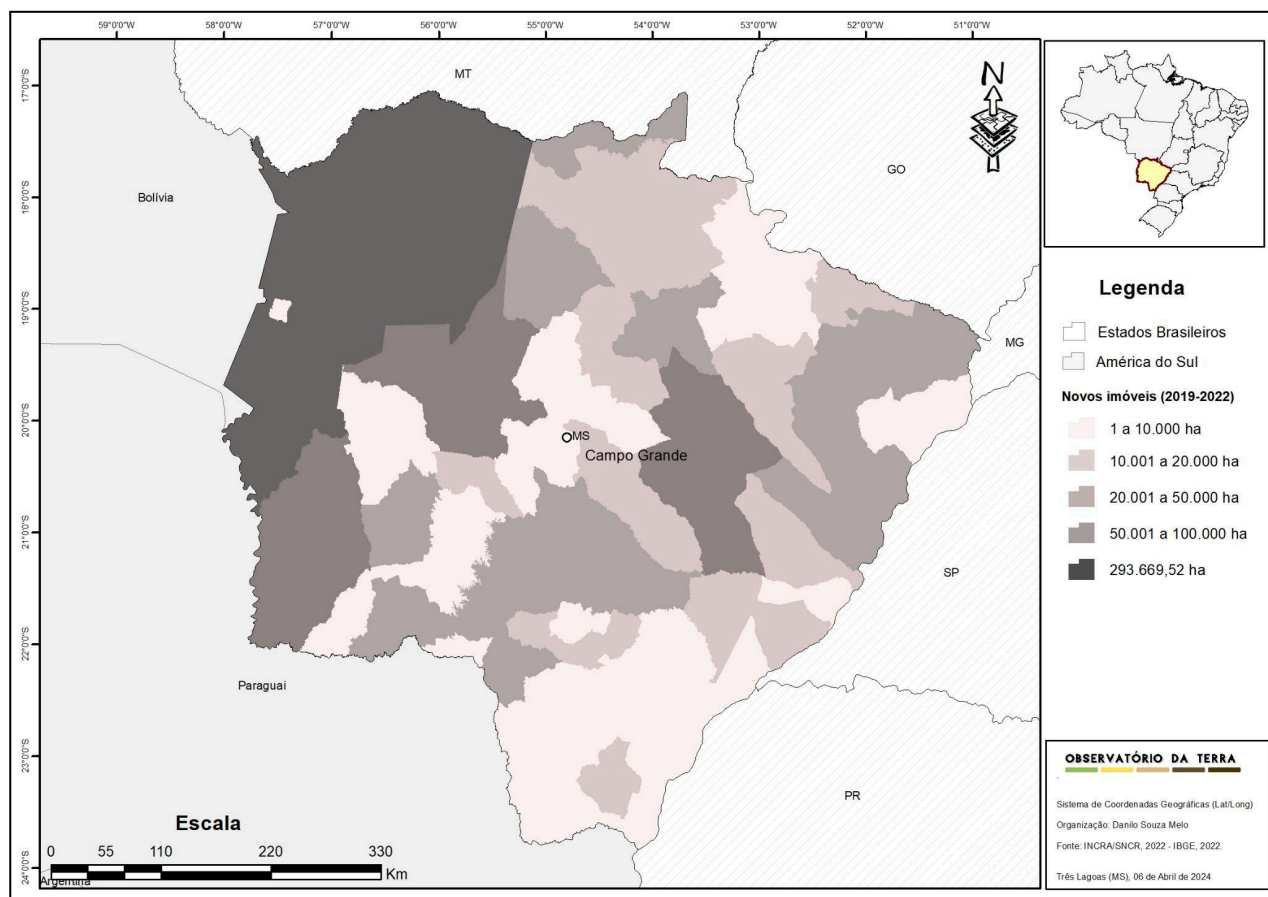
Cabe

destacar, que o Pantanal sofreu inúmeras queimadas entre 2019 e 2022, agravadas pela falta de ação



e pelo desmonte da fiscalização ambiental promovidos pelo Governo Bolsonaro, que consistentemente minimizou<sup>5</sup> a urgência da proteção do bioma.

**Mapa 2** - Mato Grosso do Sul: Novos imóveis registrados (2019-2022)



Fonte: INCRA, 2025.

Organizado pelos autores.

A busca capitalista por novas áreas e seu consequente registro, pode ainda indicar dinâmicas ilegais de grilagem de terras. Esta prática comum na história brasileira, persiste em tempos atuais como um meio de produção de capital e que ameaça território de povos tradicionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

<sup>5</sup> Em 2020 ao ser questionado pelas queimadas no Pantanal, Bolsonaro (PL) afirmou que o Brasil está de parabéns na preservação do meio ambiente. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/com-recorde-de-queimadas-no-pantanal-bolsonaro-diz-que-brasil-esta-de-parabens-na-preservacao-do-meio-ambiente-24644929>>.



A partir da construção deste trabalho pode-se concluir que os relatórios gerados pelo Complexus possibilitam inúmeras pesquisas, sejam elas gerais sobre estados e municípios, ou por empresas. Há ainda, o caminho de análise sobre o tipo de mudança registrada, titularidade ou novo imóvel registrado.

As informações, apresentam o primeiro nome do atual proprietário, código do imóvel e município de localização, permitindo produções cartográficas pertinentes. Todavia, desde 2019 o INCRA passou a suprimir o nome completo dos proprietários impossibilitando análises mais aprofundadas sobre capitalistas e empresas. Nesse sentido, apesar do Complexus realizar a análise e elaboração de relatórios, a base de dados é pública (INCRA), e por isso está sujeita a mudanças em sua estrutura. Outra fragilidade, são possíveis erros de digitação durante o registro dos imóveis junto ao SNCR, que pode temporariamente gerar informações incongruentes, mas que podem ser verificados e validados pelo próprio SNCR.

A partir dos dados, a análise feita sobre Mato Grosso do Sul revelou dinâmicas na propriedade da terra em duas regiões específicas do estado, a Oeste na região do pantanal, especificamente no município de Corumbá e a Leste nos municípios que estão inseridos na lógica das indústrias de celulose e papel. Assim, o estado vivencia a intensificação da atuação de capitalistas/latifundiários objetivando a renda da terra como parte do lucro. Estas dinâmicas fundiárias ameaçam os recursos naturais assim como os povos tradicionais, sobretudo indígenas que resistem em territórios de retomadas.

Portanto, os dados apresentados confirmam a centralidade da propriedade capitalista da terra no século XXI, e escopo teórico da Questão Agrária, sobretudo relacionada à propriedade e renda da terra como mecanismos permanentes de reprodução do latifúndio e do capitalismo. Além disso, os dados sobre a dinâmica fundiária podem contribuir para a compreensão e discussão sobre a violência no campo brasileiro.

Diante das limitações e especificidades dos dados oficiais, a academia necessita de novas estratégias para apreender a complexa dinâmica fundiária brasileira. Nesse contexto, o projeto Complexus emerge como uma alternativa, visando complementar as fontes de informação existentes



para pesquisas sobre a Questão Agrária. Ressalta-se que o Complexus não objetiva substituir os dados do IBGE, mas sim enriquecer a discussão, fornecendo dados mais específicos e atualizados com maior celeridade.

Portanto, em um cenário onde as tecnologias são crescentemente mobilizadas em favor do desenvolvimento da agricultura capitalista, torna-se fundamental que as ciências e os órgãos estatísticos se adequem a esta nova realidade de velocidade das informações.

**Palavras-chave:** Estrutura fundiária; Latifúndio, Questão agrária, Mato Grosso do Sul.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire A de. Aliança Terra-Capital em Mato Grosso do Sul. Simpósio Internacional de Geografia Agrária (**Anais...**), Niterói – RJ, 2009.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2024**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. — Goiânia, GO : CPT Nacional, 2025. 220 p.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional. 325f. **Dissertação** (mestrado em Geografia. São Paulo, USP, 2012.

Girardi, E. P. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. Presidente Prudente, **Tese** (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes.1981.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.



MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Danilo. S.; LEONARDO, Letícia. A.; NARDOQUE, Sedeval. Questão agrária e as ações atuais da bancada ruralista no Governo Federal. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 86, p. 225–242, 2022.

MELO, Danilo Souza; MENDONÇA, Marcelo Ribeiro de; NARDOQUE, Sedeval. Questão agrária e incêndios florestais no Pantanal brasileiro. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 20, n. 59, p. 1–24, 2025. DOI: [10.14393/RCT205977520](https://doi.org/10.14393/RCT205977520). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/77520>. Acesso em: 8 nov. 2025.

MITIDIERO JUNIOR, M. A; BARBOSA, H. J; SÁ, T H de. QUEM PRODUZ COMIDA PARA OS BRASILEIROS? 10 ANOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 18, n. 3, 2018. DOI: [10.33026/peg.v18i3.5540](https://doi.org/10.33026/peg.v18i3.5540). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5540>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MORENO, Gislaene. Os (Des) Caminhos da Apropriação Capitalista da terra em Mato Grosso. **Tese (Doutorado em Geografia)**. FFLCH USP. São Paulo. 1994.

\_\_\_\_\_. Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992). Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2008

MPMS – Ministério Público de Mato Grosso do Sul. **Estudos sobre os pontos de ignição dos incêndios no Pantanal – 2020**. Disponível em: <<https://www.mpms.mp.br>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza. A QUESTÃO AGRÁRIA E INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL. **BOLETIM DATALUTA**, [S. l.], v. 9, n. 97, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/52955>. Acesso em: 30 nov. 2025

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. Vol. 15 nº. 43 – São Paulo, Sept/ Dec. 2001.

\_\_\_\_\_. Agricultura e Indústria no Brasil. **Campo-Território**, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.